



Mudar o paradigma da política! Ergue-te Portugal!

Programa do Ergue-te para as Eleições Legislativas 2025

A. | INTRODUÇÃO |

O Ergue-te é a única verdadeira alternativa que visa uma autêntica renovação nacional, uma mudança de paradigma, com coragem, coerência e razão.

Três pontos essenciais, enquadram os objectivos concretos na acção política:

I - A defesa da identidade e soberania nacionais na fidelidade à nação portuguesa, ao seu património histórico-cultural e realidade etno-cultural, como forma de garantir a nossa integridade e harmonia sociais.

II - A definição de perspectivas político-sociais realistas, com uma mundivisão própria que configura um modelo de regime distinto do actual. Temos uma mensagem livre de ilusões utópicas, mas, antes, norteada pelo dever de dizer a verdade sem um discurso para agradar e caçar votos, antes, focado num novo paradigma político.

III - O apoio à vitalidade biológica e familiar dos portugueses para fazer da natalidade de portugueses de sangue e da juventude factores de confiança no futuro! Sem portugueses não haverá Portugal! Há que tornar a formação cultural e profissional das novas gerações mais intensa e proporcionar condições para a sua fixação na Pátria!

B. | A SOLUÇÃO NACIONALISTA |

Portugal precisa de uma mudança verdadeira, e as soluções não passam pela alternância entre quem nos colocou neste estado de coisas nem poderão vir de dentro deste sistema traidor, ainda que com capas diferentes. Nunca poderão vir dos protagonistas deste regime anti-nacional e das suas políticas de aniquilamento da Pátria, ajoelhando-a ao globalismo mundialista. Só uma mudança radical e de ruptura total com o sistema fará recuperar o Orgulho Nacional, a Soberania e a Identidade, a justiça social e a ética na administração pública.

Queremos um estado nacional e social, eficaz, mas sem peso inútil ou atrofiador, que dê espaço à iniciativa dos cidadãos – que não podem, nem devem depender do Estado para tudo – e respeitar a propriedade privada. Um Estado que respeite as liberdades individuais e que seja forte naquilo que estritamente lhe compete: regular, fiscalizar, promover a justiça e assegurar os sectores vitais para o bem-estar da população, a soberania e a economia nacional, como sejam os transportes, comunicações, energias e recursos naturais. Compete-lhe, também, garantir em cada momento a maior independência nacional possível e a mais ampla margem na escolha de aliados internacionais e de objectivos político-diplomáticos.

C. | AS NOSSAS PRIORIDADES E PROPOSTAS |

O *Ergue-te!* visa relançar a vitalidade nacional mediante intervenções de fundo, estruturais, prioritárias e simultâneas, nas áreas do trabalho, fiscalidade, produção e natalidade, tendo por base a salvaguarda dos direitos fundamentais dos portugueses!

Propomos um orçamento ajustado à despesa das funções do Estado – que pode e deve ser drasticamente reduzida – com redução de impostos directos e indirectos, e mostramos aos portugueses que há um outro caminho, mais seguro e mais eficaz para resolver em definitivo os problemas estruturais do nosso país.

Por isso o *Ergue-te!* elenca algumas áreas onde a intervenção é prioritária.

- | | |
|---|---|
| 01. Sistema Político | 07. Finanças e Fiscalidade |
| 02. Família, Vida e Dignidade | 08. Saúde |
| 03. Segurança e liberdade | 09. Justiça |
| 04. Política de imigração e defesa da identidade | 10. Ensino e Cultura |
| 05. Economia e Produção Nacional | 11. Ambiente e energias |
| 06. Trabalho e Política de Emprego | 12. Defesa Nacional e Política Externa |

1. SISTEMA POLÍTICO

O *Ergue-te!* defende a instauração de um novo regime político através, desde logo, da revogação da actual Constituição da República, responsável por criar fortes bloqueios ao progresso, e substituí-la integralmente por uma outra, limpa de ideologias e que se preocupe unicamente com o futuro de Portugal.

Impõe-se uma profunda alteração à lei eleitoral e à lei do financiamento dos partidos e campanhas políticas, por forma a criar equidade, igualdade de oportunidades e maior honestidade na representatividade. Urge acabar com o domínio do cartel mafioso da partidocracia, para o que contribui, fortemente, a falta de ética da comunicação social que não promove um verdadeiro debate de ideais, mas sim um leilão viciado de promessas demagógicas e irresponsáveis.

Por outro lado, há que ter a coragem de se mexer em certas “vacas sagradas” do regime, que tanto dano causam à economia nacional e às populações em geral, como a abolição de greves e do terrorismo sindical.

As nossas medidas para uma reforma do sistema político:

- 01 (001)** Pugnar por uma nova Constituição, ideologicamente neutra, simples e minimal, mas sólida, essencial e preocupada única e exclusivamente com o futuro de Portugal;
- 02 (002)** Alterar a actual Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, reduzindo substancialmente o valor das subvenções pagas pelo Estado aos partidos, mas de forma que todos partidos tenham direito a receber a subvenção, calculada em função do número de votos obtidos;
- 03 (003)** Rever a Lei Eleitoral, com vista à criação de um círculo único nacional e à consequente distribuição dos deputados de forma proporcional ao número de votos, abolindo o Método de Hondt;
- 04 (004)** Revogar a lei da paridade, arbitrária, castradora da liberdade dos partidos e ofensiva à dignidade da mulher;
- 05 (005)** Reservar a capacidade eleitoral activa e passiva, exclusivamente a portugueses de raiz;
- 06 (006)** Combater enérgica e inequivocamente qualquer tentativa de regionalização;
- 07 (007)** Abolir o direito à greve e reformular a actividade sindical, para salvaguardar em primeiro lugar os direitos das populações, o direito ao trabalho dos outros e o bem comum, não podendo estes ser prejudicados pelas políticas criminosas de terra queimada dos sindicatos políticos;
- 08 (008)** Extinguir o Tribunal Constitucional, eminentemente de cariz político, e criar dentro do Supremo Tribunal de Justiça uma Secção de Contencioso Constitucional.

2. FAMÍLIA, VIDA E DIGNIDADE

A família é a célula básica da comunidade, o espaço natural de aprendizagem e transmissão dos valores e tradições. Consideramos que é dever do Estado salvaguardar os direitos da família, entendida no sentido natural: união entre o homem e a mulher com vista a assegurar descendência.

Urge investir na família autóctone, apoiando-a e defendendo, como garantia do nosso futuro; combater o gravíssimo problema da escassa natalidade em Portugal.

Só o crescimento demográfico autóctone garante a sustentabilidade da nossa Segurança Social e o futuro do nosso povo. Assim, é dever do Estado, através da Segurança Social, apoiar as famílias na criação dos filhos: gravidez, nascimento, primeira infância e todo o percurso educativo.

Por outro lado, o drama da habitação que hoje se vive em Portugal, é tema que tem sido objecto da nossa maior preocupação. Nos últimos anos têm-se despejado famílias das suas casas e empurrado os portugueses para fora das suas cidades, como consequência de uma série de erros que, em conjunto, criaram uma tremenda crise no mercado habitacional. Para nós, este problema está sempre à frente do turismo, do alojamento local, dos “vistos gold”, dos lucros da banca, da especulação e de qualquer outro tipo de interesses económico-financeiros de uns quantos.

As nossas medidas de apoio à família, vida e dignidade:

- 01 (009)** Tornar obrigatório que os pagamentos dos serviços básicos que funcionam por escalões (como a água) sejam calculados em função do agregado familiar;
- 02 (010)** Isentar do imposto automóvel a compra de veículos de sete lugares ou mais para famílias com mais de três filhos;
- 03 (011)** Implementar o Rendimento de Apoio à Natalidade de famílias autóctones com vista a combater o inverno demográfico;
- 04 (012)** Repor os abonos de família para as famílias portuguesas de origem;
- 05 (013)** Reencaminhar o dinheiro mal gasto com subsídios à imigração, apoio às associações pró-imigração e reformas milionárias, para um efectivo apoio à natalidade de portugueses, majorando os subsídios das nossas famílias com três ou mais crianças;
- 06 (014)** Revogar a actual lei da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), que banaliza uma situação que apenas deveria ser permitida em casos mesmo muito excepcionais, bem como a abolição de qualquer tipo de subsídio para abortar;
- 07 (015)** Revogar a lei de “casamento” entre pessoas do mesmo sexo;
- 08 (016)** Cortar todas as verbas e apoios a associações LGBT e à promoção da ideologia de género;
- 09 (017)** Desenvolver políticas de apoio aos idosos, com a criação de uma rede de lares e de serviços paliativos com mensalidades adequadas, bem como através de apoios para as famílias que optem por cuidar dos idosos;
- 10 (018)** Revogar a lei da eutanásia e apostar no reforço de cuidados paliativos;
- 11 (019)** Apoiar as famílias com membros deficientes, bem como as associações de deficientes;
- 12 (020)** Apoiar os ex-Combatentes e os deficientes das Forças Armadas;
- 13 (021)** Apoiar os espoliados do Ultramar, encetando negociações com os actuais países de onde foram expulsos no sentido de os ressarcir de perdas e danos, entre outras medidas;
- 14 (022)** Valorizar e apoiar organizações da sociedade civil que visem o apoio social e o trabalho de voluntariado;

- 15 (023)** Criar o Ministério da Família;
- 16 (024)** Intervir energicamente na habitação, através de leis do arrendamento equilibradas e leais, quer para senhorios quer para inquilinos;
- 17 (025)** Travar o alojamento local, limitando-o e condicionando drasticamente a sua actividade;
- 18 (026)** Combater a especulação imobiliária e proibir a venda de casas a estrangeiros não residentes;
- 19 (027)** Fiscalizar as condições de habitação e penalizar todas as situações de sobrelotação de locados;
- 20 (028)** Recuperar edifícios estatais e municipais que estejam devolutos e afectá-los à habitação com custos controlados;
- 21 (029)** Investir na área da construção acessível à classe média.

3. SEGURANÇA E LIBERDADE

Uma das primeiras e principais liberdades, passa por se viver seguro nas ruas! Essa, além de não estar assegurada, está cada vez mais comprometida e, para isso, contribui de forma especial a política de portas abertas. O modelo nacional de segurança pública, assenta numa polícia maltratada, injustiçada, desautorizada e, além disso, utilizada em serviços administrativos burocráticos, como guarda pretoriana do regime e na caça à multa.

Para o *Ergue-te!*, é imperioso revalorizar a função da polícia e acabar com o paradigma criado de desculpabilização dos criminosos e perseguição aos polícias. É necessário criar condições para que ninguém tenha medo de circular em certas zonas do país, impondo-se, pois, que seja enfrentada corajosamente a questão da insegurança e da criminalidade crescentes. Também têm de se agilizar as condições para que as pessoas que o desejem se possam defender por meios próprios.

As nossas medidas para devolver segurança e liberdade aos portugueses:

- 01 (030)** Defender com determinação as forças de segurança, recuperando o seu prestígio e valorizando os seus agentes, devolvendo-lhes para tal a dignidade e o respeito;
- 02 (031)** Revalorizar as remunerações dos agentes da segurança e libertá-los das funções puramente administrativas;
- 03 (032)** Fornecer os meios técnicos e humanos, adequados à função e objectivos das forças de segurança;
- 04 (033)** Ampliar a possibilidade de uso de armas de fogo pelos elementos das forças de segurança;
- 05 (034)** Presumir de legítima defesa a utilização de armas de fogo por parte dos elementos das forças de segurança em caso de conflito;
- 06 (035)** Atribuir subsídio de risco às forças de segurança pública e agentes de protecção civil;
- 07 (036)** Repor o SEF;
- 08 (037)** Limitar o acesso às forças de segurança exclusivamente a portugueses de raiz;

- 09 (038)** Combater toda a espécie de criminalidade contra pessoas e bens, venha ele de onde vier e seja de que tipo for: desde práticas de vandalismo, como os graffitis, até aos crimes de sangue, passando pelos crimes de colarinho branco, actuações de gangue, etc.;
- 10 (039)** Acabar com a impunidade e desculpabilização dos criminosos;
- 11 (040)** Rever a Lei de Uso e Porte de Arma, no sentido de facilitar o seu acesso aos portugueses de sangue, maiores de 25 anos, sem cadastro, cumpridores, devidamente integrados em sociedade e que recebam formação específica.

4. POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E DEFESA DA IDENTIDADE

A imigração em massa constitui uma verdadeira invasão e traduz-se numa ameaça à identidade, à soberania, à segurança e à sobrevivência futura de Portugal através da verdadeira substituição populacional em curso. É inadmissível a quantidade de apoios e subsídios outorgada a imigrantes enquanto tantos portugueses com necessidades as vêem negadas. As actuais políticas de imigração são responsáveis pela degradação dos salários e pelo aumento da criminalidade, além de que não servem para resolver o problema da natalidade. O *Ergue-te!* entende que os portugueses é que devem ser apoiados, em vez de se continuar a apostar em políticas de substituição de nacionais por estrangeiros.

O multiculturalismo, além de não trazer qualquer benefício, gera forte tensão social! As ditas minorias étnicas, não nos respeitam e desafiam-nos com total impunidade e racismo anti-português, protegidos pela discriminação positiva por parte dos governantes e da comunicação social, que não hesitam no ataque constante à polícia, aos portugueses em geral e aos nossos feitos históricos. O multiculturalismo, além de gerar graves injustiças, acaba por ser um rastilho para o surgimento, aí sim, de um racismo primário aonde ele nunca teria existido.

As nossas medidas para devolver Portugal aos portugueses:

- 01 (041)** Alterar a Lei da Nacionalidade, baseando-a no *jus sanguinis* (nacionalidade herdada por descendência);
- 02 (042)** Inverter os fluxos migratórios, dando início a deportações maciças;
- 03 (043)** Anular a “nacionalidade portuguesa” que foi concedida a centenas de milhares de imigrantes ao abrigo da actual lei da nacionalidade;
- 04 (044)** Repatriar imediatamente todos os imigrantes ilegais ou, que, estando legais, tenham sido condenados pela prática de qualquer crime, bem como aqueles que não se integrem ou que façam dos apoios sociais modo de vida;
- 05 (045)** Tornar muitíssimo mais restritivas as leis da imigração;
- 06 (046)** Extinguir o reagrupamento familiar para que o mesmo se faça nos países de origem;
- 07 (047)** Acabar com a discriminação positiva e o apoio a minorias étnicas que tiranizam a sociedade;
- 08 (048)** Rever e fiscalizar a atribuição de apoios sociais àqueles que fazem do subsídio modo de vida;

- 09 (049)** Fiscalizar severamente as condições de habitação e dos estabelecimentos comerciais de imigrantes e fazer aplicar a lei;
- 10 (050)** Retirar o apoio financeiro estatal às associações de imigrantes e de apoio às minorias étnicas, pois mais não fazem do que promover o racismo anti-português;
- 11 (051)** Acabar com a atribuição do estatuto de refugiado a imigrantes económicos e com o acolhimento destes no nosso país;
- 12 (052)** Proibir acampamentos e barracas urbanas;
- 13 (053)** Proibir ajuntamentos de estrangeiros não turistas, ociosos, na via pública;
- 14 (054)** Combater severamente as redes de tráfico humano e a quem aufere desse trabalho escravo;
- 15 (055)** Considerar o Islão Persona non grata, proibir a construção de novas mesquitas e quaisquer manifestações públicas de islamismo, incluindo no trajar.

5. ECONOMIA E PRODUÇÃO NACIONAL

Para o *Ergue-te!*, o Estado tem de criar condições de confiança favoráveis ao investimento. Portugal pode e deve ser mais produtivo e competitivo.

O *Ergue-te!* defende o relançamento da produção nacional e, consequentemente, da economia, através do maior número possível de políticas de promoção desse objectivo e de uma forte e definitiva aposta no mar, sector vital para a nossa soberania e economia.

A reindustrialização de Portugal, que tanto defendemos, não passa apenas pela manufactura, mas também por todos os bens transaccionáveis que conseguirmos exportar, reduzindo assim as importações.

É necessário renovar o regresso das famílias aos campos e florestas. Assim, em cada município, as terras abandonadas – sem pôr em causa a propriedade das mesmas – devem ser agrupadas e disponibilizadas a quem as queira trabalhar, através de uma cedência, mediante arrendamento equilibrado para ambas as partes.

Pugnamos por um plano agrícola que permita a maior auto-suficiência alimentar com aumento da produção, nomeadamente através de um sector cooperativo bem gerido, para maior benefício dos produtores.

A exploração dos recursos fluviais, costeiros e marítimos reveste-se de particular importância, pois esta actividade apresenta grandes potencialidades de desenvolvimento e rendimento.

A política económica deve estar focada de modo particular na facilitação da actividade das micro, pequenas e médias empresas – que constituem 96% do tecido produtivo nacional – de forma a gerar mais postos de trabalho e riqueza para o país.

As nossas medidas para relançar a economia, assente na produção:

- 01 (056)** Definir prioridades políticas de forma a revitalizar os sectores primário e secundário;
- 02 (057)** Renegociar a política de quotas impostas pela UE, com vista a acabar com as actuais;

- 03 (058)** Garantir que todos os refeitórios na dependência directa ou indirecta do Estado utilizem preferencialmente produtos portugueses;
- 04 (059)** Desenvolver um plano de fomento dos sectores de excelência: horticultura, floricultura, fruticultura, vitivinicultura, olivicultura, pecuária, lacticínios;
- 05 (060)** Incrementar a produção da Agricultura Biológica e estimular programas especiais de produção alimentar sem agrotóxicos;
- 06 (061)** Incentivar a Indústria Aquífera;
- 07 (062)** Reorganizar e apoiar o sector conserveiro, nomeadamente nas cidades do litoral com essa tradição;
- 08 (063)** Assegurar a maior independência alimentar possível e criar reservas alimentares, tendo em conta eventuais convulsões internacionais ou catástrofes naturais;
- 09 (064)** Apoiar o desenvolvimento de empresas de construção e de reparação naval de marinha mercante e de pesca;
- 10 (065)** Investir na prospeção e exploração dos recursos naturais;
- 11 (066)** Investir na ferrovia como forma eficaz de transporte e comunicação.

6. TRABALHO E POLÍTICA DE EMPREGO

O *Ergue-te!* defende uma cultura de trabalho, nas mais diversas áreas e profissões, com sentido de serviço à sociedade e à comunidade e de desenvolvimento pessoal. Trata-se de uma visão diametralmente oposta ao parasitismo e à mentalidade indigente dos que fazem do subsídio um modo habitual de vida, bem como à de um estado que aceita e até promove tal situação. O incentivo ao trabalho deve ser encarado como um desígnio nacional no qual os meios de comunicação social estatais deverão ter um papel preponderante.

Também deve ser objecto da nossa atenção, a disparidade da carga horária definida na lei, de 35 horas semanais para o sector público e uma outra de 40 horas semanais para o sector privado. Não sendo possível repor a justiça através da redução do horário no privado, para as 35 horas semanais, tendo em conta o prejuízo para o país, a nível de produtividade, bem como a evidente falta de sustentabilidade para a maioria das empresas, o *Ergue-te!* defende um mecanismo que ajuste as contas no final da carreira contributiva e, desse modo, reponha a igualdade e a justiça.

As nossas medidas para promover o trabalho e acabar com o parasitismo:

- 01 (067)** Implementar programas de fomento do emprego, com prioridade para a população activa jovem e licenciados, bem como para a população activa da meia-idade e sénior que tenha disponibilidade para trabalhar;
- 02 (068)** Conceder incentivos às empresas no sentido de premiar a qualificação profissional, produtividade, competitividade, internacionalização e acção social;

- 03 (069)** Conceder incentivos fiscais e de Segurança Social às empresas que criem emprego estável e de longa duração;
- 04 (070)** Conceder incentivos fiscais às empresas que se fixem no interior do país, contrariando o despovoamento e as assimetrias do território nacional;
- 05 (071)** Rever e agilizar o Código Laboral e os parâmetros da contratação colectiva;
- 06 (072)** Isentar da taxa de Segurança Social por dois anos as empresas que contratem sem termo, portugueses que tenham emigrado por falta de condições em Portugal;
- 07 (073)** Baixar a idade de reforma para os 65 anos;
- 08 (074)** Compensar a diferença da carga horária entre o sector público e o privado na antecipação da idade de reforma, neste último, equivalente às horas a mais trabalhadas ao longo dos anos;
- 09 (075)** Criar um plano de incentivo ao emprego no interior, envolvendo o estado central e as autarquias locais;
- 10 (076)** Revogar todos os subsídios ao ócio.

7. FINANÇAS E FISCALIDADE

São objectivos gerais da política de finanças públicas do *Ergue-te!*, a consolidação orçamental, por redução progressiva do défice do Orçamento do Estado, tendencialmente para zero, a longo prazo, condição necessária para o relançamento económico e social do país. Paralelamente, e não menos importante, a redução progressiva da dívida externa, com a manutenção da dívida pública em níveis compatíveis com as necessidades estritamente necessárias de financiamento supletivo do Estado.

A pesadíssima carga fiscal que temos hoje em Portugal, entre impostos directos e indirectos, além de ser factor impeditivo do empreendedorismo e da competitividade, é fator de fomento do mercado paralelo e da fuga de dinheiro para *off-shores*. Todos perdem com isso: Estado, empresas e famílias.

Portugal precisa de uma profunda revolução fiscal que permita mais emprego, mais circulação de dinheiro, mais poder de compra e, como resultado, desenvolvimento económico.

As nossas medidas para a revolução fiscal e empreendedorismo:

- 01 (077)** Reduzir o IVA à taxa normal para 16%. Tal medida, além de ter impacto no poder de compra das pessoas e na competitividade das empresas, seria muito benéfica nas zonas junto à fronteira ao permitir elevar os níveis de consumo do lado português;
- 02 (078)** Abolir o privilégio da isenção de IVA para os partidos políticos subvencionados;
- 03 (079)** Reduzir o IRS e o IRC;
- 04 (080)** Acabar com o IMI para a habitação própria e agravá-lo para segundas moradias e casas abandonadas, emparedadas ou desabitadas;
- 05 (081)** Reduzir o imposto sobre os combustíveis e abolir as taxas nas facturas das energias;

- 06 (082)** Diminuir a carga fiscal sobre as empresas nacionais que queiram renovar os seus equipamentos industriais, para que possam competir nos mercados internacionais;
- 07 (083)** Conceder incentivos fiscais ao investimento nacional nas mais variadas áreas, tais como: indústria, novas tecnologias, agricultura, agro-pecuária, pescas, investigação, tecnologia, etc.
- 08 (084)** Criar incentivos fiscais para empresas e famílias que se fixem no interior;
- 09 (085)** Reformar a Administração Pública, em simultâneo com a reestruturação progressiva da dimensão do Estado, através de uma gestão eficaz, à semelhança do sector privado;
- 10 (086)** Assegurar a consolidação orçamental, com redução progressiva do défice orçamental para níveis compatíveis com um desenvolvimento económico e social sustentado;
- 11 (087)** Extinguir todos os observatórios, institutos e fundações públicas cujo interesse para o país não seja devidamente comprovado;
- 12 (088)** Rever os critérios de atribuição de rendimentos sociais, e aumentar a fiscalização nesta matéria, de modo que só possa deles beneficiar quem realmente necessita;
- 13 (089)** Cessar o recurso a consultorias externas a firmas de advogados, bem como ao pagamento de pareceres, dotando a administração central de gabinetes técnicos para esse efeito;
- 14 (090)** Efectuar cortes drásticos nos privilégios e benesses dos detentores de cargos públicos;
- 15 (091)** Acabar com as subvenções vitalícias para os políticos;
- 16 (092)** Acabar com a dupla tributação na compra de automóveis.

8. SAÚDE

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) está actualmente ameaçado em Portugal, e a ideia de uma saúde gratuita para todos os portugueses transforma-se, cada vez mais, numa miragem. Ninguém dúvida que a saúde se tem tornado um bem acessível apenas a quem a pode pagar nos hospitais privados.

Para isso, o incentivo à criação de sub-sistemas de saúde assim como a abertura da ADSE aos trabalhadores do privado, são soluções altamente vantajosas para todos.

Opomo-nos vigorosamente à privatização total da Saúde, tal como nos opomos ao encerramento de serviços segundo uma lógica economicista. O *Ergue-te!* defende um modelo misto, de legítima co-existência da Saúde pública e privada, no qual se mantenha o Serviço Nacional de Saúde, mas ao mesmo tempo permita que as pessoas optem livremente por seguros de saúde se pretenderem um serviço personalizado e à sua medida, e, também, que o próprio SNS possa escoar utentes para o privado quando não conseguir dar resposta adequada. Neste âmbito, o objetivo da nossa política é assegurar em definitivo a satisfação das necessidades de saúde básicas a toda a população. Saúde Pública e Saúde Privada, podem e devem coexistir, mas a “saúde” da primeira não pode estar ameaçada por políticas erradas e ruinosas, de má gestão, desperdício e ausência de taxas moderadoras.

As nossas medidas para uma Saúde saudável:

- 01** (093) Apostar numa cultura de prevenção das doenças através da medicina do trabalho e familiar;
- 02** (094) Aumentar a capacidade e qualidade de oferta de serviços de saúde públicos, formando mais médicos e aumentando a rede hospitalar;
- 03** (095) Valorizar e incentivar a criação de sub-sistemas de saúde;
- 04** (096) Manter as taxas moderadoras e escaloná-las consoante parâmetros a estipular, nomeadamente da triagem na admissão;
- 05** (097) Atribuir isenção total ou comparticipação parcial nas despesas de medicamentos e consultas para idosos, consoante o orçamento familiar;
- 06** (098) Criar uma rede nacional de cuidados paliativos;
- 07** (099) Promover um sistema de incentivos para a colocação de médicos no interior do país que não seja apenas assente em incentivos remuneratórios, mas que tenha uma componente de facilidade de especialização e de progressão na carreira;
- 08** (100) Criar um sistema de Medicina-Itinerante, fazendo chegar os cuidados primários de saúde a todo o País. Este modelo será assegurado por todos os funcionários médicos nos quatro primeiros anos após a formação;
- 09** (101) Indexar uma obrigatoriedade de anos de serviço dos médicos no SNS, igual aos anos da sua formação a cargo do Estado. Aqueles que optarem por não o fazer, terão de ressarcir o estado num montante igual ao que foi despendido na sua formação;
- 10** (102) Incentivar à cultura física e ao desporto, bem como da promoção de uma melhoria dos hábitos alimentares, criando-se assim um ambiente favorável à saúde;
- 11** (103) Actuar prioritariamente ao nível das doenças crónicas e doenças raras;
- 12** (104) Prevenir o alcoolismo e a dependência de drogas químicas;
- 13** (105) Acabar com a gratuidade da IVG.

9. JUSTIÇA

A Justiça constitui, porventura, a mais nobre e soberana função do Estado. Seria impensável imaginar a situação extrema de degradação a que ela chegou em Portugal. Hoje perante uma moderna forma de totalitarismo que vai avançando na surdina e que a capturou por interesses obscuros e contrários ao interesse nacional. A Justiça é cara e inacessível ao cidadão comum, os processos não avançam, os julgamentos demoram anos e, em muitos casos, quase sempre relacionados com a oligarquia parasitária, nem chegam a sair da gaveta.

O sistema judicial, além de discriminatório, é anárquico, pautando-se pela obstrução à aplicação das normas gerais da Justiça e do Direito, através de uma legislação que emite sinais que o crime compensa, sentenças surreais e processos que se arrastam décadas e acabam em nada.

O imperativo da Justiça é a erradicação da corrupção e combate ao tráfico de influências e favorecimentos, nomeadamente ligados à maçonaria. O pressuposto da Justiça é a defesa legítima do cidadão que cumpre.

As nossas medidas para uma Justiça que funcione:

- 01 (106)** Rever o Regulamento das Custas Processuais com vista a reduzir progressivamente as taxas até à sua extinção, de modo a tornar a Justiça acessível a todos;
- 02 (107)** Rever a Lei de Acesso ao Direito e aos Tribunais, de modo a alargar o âmbito e os critérios de concessão do benefício do apoio judiciário;
- 03 (108)** Revogar o actual Mapa Judiciário;
- 04 (109)** Acabar, de forma firme, com a desjudicialização da Justiça que tem sido levada a cabo pelos anteriores governos, retirando das entidades administrativas e privadas os processos que lhes foram entregues;
- 05 (110)** Condenar exemplarmente os corruptos - considerando a corrupção como crime de traição à pátria - confiscar-lhes os bens e impedi-los de voltar a exercer cargos públicos;
- 06 (111)** Proceder a uma reforma do Contencioso Administrativo e Fiscal no sentido de conferir garantias devidas aos particulares nos conflitos que os opõem à Administração Pública e à Administração Fiscal, tornando esses processos mais céleres e justos;
- 07 (112)** Alterar o Código Penal, agravando as molduras penais para crimes de sangue, crimes contra crianças, crimes de fogo-posto e crimes de tráfico de droga para os 40 anos, como moldura penal mais gravosa.
- 08 (113)** Ampliar os casos de possível detenção fora de flagrante delito, ordenada por autoridade da polícia criminal;
- 09 (114)** Ampliar a prisão preventiva para molduras penais a partir de três anos de prisão;
- 10 (115)** Obrigar ao cumprimento integral de todas as penas, banindo as saídas precárias e a liberdade condicional;
- 11 (116)** Legislar no sentido de responsabilizar criminalmente todos os governantes e administradores públicos por gestão danosa no exercício das suas funções;
- 12 (117)** Combater a maçonaria – secreta ou discreta – e as suas actividades;
- 13 (118)** Proceder a uma reforma do Código de Execução das Penas e do Sistema Prisional, de modo a separar os reclusos consoante os crimes pelos quais foram condenados e separar os presos preventivos dos presos condenados;
- 14 (119)** Tornar obrigatório que os reclusos trabalhem durante o período da sua reclusão, quer para contribuírem para o seu sustento durante esse período, quer para indemnizar as vítimas, de forma pecuniária, pelo crime perpetrado como, também, para adquirirem hábitos de trabalho com vista a arranjarem emprego quando forem restituídos à liberdade, e assim conseguirem uma inserção e integração na mesma. Pena efectiva, trabalho efectivo!;

15 (120) Criminalizar a Alienação Parental;

16 (121) Presumir de legítima defesa nos casos de uso de arma de fogo para defesa contra intrusões na habitação.

10. ENSINO E CULTURA

A “máquina” da Educação, ao serviço do socialismo, do laicismo e do republicanismo, transformou a escola numa fábrica de formatação das mentes, movida pela doutrinação do marxismo-cultural e por todas as suas agendas pérfidas em voga, resultando daí alunos não-pensantes, sem espírito crítico, sem vontade própria, autênticos analfabetos encartados que apenas papagueiam os dislates ouvidos na escola.

A exigência no nosso ensino pauta-se por uma bitola cada vez mais facilitista, sendo a escola actual – salvo algumas excepções – uma autêntica linha de montagem de ignorantes, cujos resultados académicos, altamente inflacionados, apenas servem para “embelezar” as estatísticas.

O *Ergue-te!* entende que é preciso construir uma escola centrada no conhecimento, no saber e na aprendizagem das matérias, preparando os alunos para a vida, fomentando neles o gosto pelo enriquecimento cultural permanente e munindo-os de ferramentas e competências transversais para enfrentar os múltiplos desafios da vida. O nosso programa, para este sector, visa a promoção da responsabilidade, civismo, criatividade, investigação e enriquecimento cultural.

Os pais são os primeiros educadores e a escola deve abster-se de doutrinar as crianças, desde logo no que diz respeito aos temas de âmbito sexual e outros que pertençam à esfera da intimidade de cada um. A criança ainda não desenvolveu sentido crítico para refutar o que lhe é apresentado. Por isso, o *Ergue-te* pretende abolir a disciplina de “Cidadania” que mais não é que pura doutrinação criminosa que enche a cabeça das crianças de puro lixo e mentira!

As nossas medidas para um Ensino eficaz e uma Cultura útil:

01 (122) Reduzir ao tamanho mínimo e indispensável, o conteúdo dos manuais, eliminando o excesso de páginas completamente inúteis, para encher o olho;

02 (123) Rever toda a política de manuais escolares de forma a garantir a validade de cada manual escolar por três anos, no mínimo, reduzindo o preço de aquisição;

03 (124) Acabar com a politização dos manuais e libertar o ensino da influência do «politicamente correcto» ideológico e do marxismo cultural;

04 (125) Aumentar os níveis de exigência do ensino e combater o facilitismo;

05 (126) Tornar obrigatório que todas as escolas públicas tenham hasteada a Bandeira Nacional;

06 (127) Restaurar a segurança no interior e nas imediações dos estabelecimentos de ensino;

07 (128) Criar escolas técnico-profissionais, com forte componente prática, para possibilitar a formação de jovens especializados em áreas específicas, onde encontrem saída profissional e sejam úteis, também, à produção nacional;

- 08 (129)** Abolir a disciplina de “Cidadania” e sanear o sistema de ensino, removendo o doutrinamento feminista e LGBTQIA+;
- 09 (130)** Valorizar as artes e o desporto nos currículos escolares;
- 10 (131)** Restaurar o respeito pela figura do professor e a dignidade da sua carreira;
- 11 (132)** Apoiar as famílias que optam por ter os filhos em colégios particulares e que, desse modo, aliviam o Estado, com a atribuição de um “cheque-escolar” tendencialmente igual ao valor de um posto escolar no Ensino Público;
- 12 (133)** Fundir, num só ministério, o Ensino e a Cultura, para criar sinergias, promover a cultura e salvaguardar o património imaterial da nossa nação, num ambiente educacional vocacionado para o sentimento patriótico e de pertença a uma comunidade com identidade própria;
- 13 (134)** Contrariar a mentalidade do uso e abuso de estrangeirismos e a proliferação de termos ingleses nos bens, serviços, comércio, publicidade e comunicação social, como forma de proteger a nossa língua e afirmar a nossa identidade;
- 14 (135)** Apoiar as associações filarmónicas e grupos folclóricos, depositários de uma parte importantíssima do património cultural português, bem como salvaguardar o património etnográfico;
- 15 (136)** Utilizar os meios de comunicação estatais (RTP e Antena 1), para a promoção de uma cultura de trabalho e utilidade social e de divulgação das mais diversas profissões e ofícios em programas com interesse prático.
- 16 (137)** Proteger a cultura tauromáquica dos ataques de ódio da agenda urbano-depressiva da moda;
- 17 (138)** Rever a lei da caça, tornando mais eficaz e ao mesmo tempo mais protectora das espécies cinegéticas; introduzir espécies autóctones e controlar as suas populações; penalizar, com mão pesada a caça furtiva;
- 18 (139)** Comemorar, condignamente, datas históricas nacionais.
- 19 (140)** Criar uma política activa de apoios significativos para as empresas e instituições de ensino superior, na aplicação de técnicas inovadoras e na criação de produtos e serviços transaccionáveis;
- 20 (141)** Anular o “Acordo Ortográfico” e repor o português correcto;

11 - AMBIENTE E ENERGIA

Para o *Ergue-te!*, existe um elo sagrado entre cada povo e a sua terra, por isso, as gerações presentes não têm o direito de destruir, para seu suposto proveito, aquela que será a fonte de subsistência das futuras gerações, sob risco de as condenarem à escravidão.

A exploração dos nossos recursos naturais, a independência energética e a busca de novas formas de energia, mais eficazes e baratas, deve ser uma preocupação constante, mas sem esquecer o bem-estar das

peçoas, sem embarcar em histerias “eco-tontas” ou em “verdades científicas” contaminadas por agendas ditadas pelos “urbano-depressivos”.

As nossas medidas para o Ambiente e Energia:

- 01** (142) Investir seriamente na nossa ZEE e no mar, atraindo o investimento para essa área;
- 02** (143) Combater, sem tréguas, toda e qualquer forma de negócio e lucro com o fogo;
- 03** (144) Acabar com os negócios em torno dos incêndios e com a entrega dos meios aéreos para o seu combate, a privados, deixando essa função a cargo da Força Aérea;
- 04** (145) Rever o quadro legal face aos incendiários, agravando severamente as penas;
- 05** (146) Repovoar a floresta e o campo com espécies vegetais que consigam fixar espécies animais em perigo de extinção, aves de rapina e felinos, com especial preocupação com o lince ibérico;
- 06** (147) Defender intransigentemente os parques naturais, como forma de preservar a natureza;
- 07** (148) Combater a proliferação de espécies invasoras da fauna e da flora;
- 08** (149) Considerar o tema da água (barragens e regadio) uma prioridade e investir nos meios que permitam minimizar o risco de seca e aumentar a nossa autonomia no abastecimento de água;
- 09** (150) Investir nas riquezas do nosso solo e subsolo, terrestre e marítimo, através da exploração dos seus recursos, para uma maior independência energética;
- 10** (151) Investir na energia nuclear para produção de energia eléctrica.

12. DEFESA NACIONAL E POLÍTICA EXTERNA

Defesa nacional significa preservar e manter o nosso espaço geográfico, a segurança da nossa população, a nossa identidade cultural e cultivar a nossa auto-estima e o orgulho de pertencermos a um povo com quase mil anos de história. Trata-se, pois, da defesa da nossa independência, soberania e identidade.

O *Ergue-te!* defende a Europa como espaço comum civilizacional, no qual Portugal se integra e de que se orgulha, valorizando a importância de se criarem diversos tipos de tratados e acordos entre as várias nações europeias, mas nunca aceitaremos qualquer federalismo ou subjugação de umas nações pelas outras. O modelo que defendemos é o da Europa de nações livres.

O *Ergue-te!* defende a reintrodução do Serviço Militar Obrigatório para homens, voluntário para mulheres, em paralelo com a criação do Serviço Cívico (como alternativa, nomeadamente para os objectores de consciência) por período de nove meses, para o reforço de espírito de serviço à comunidade e de ligação aos valores pátrios; para reunir jovens de diversas origens sociais, geográficas e culturais, com vista à criação de uma cultura cívica e de integração social; para o desenvolvimento dos jovens através de um espírito de equipa e de coesão, que muitas vezes dura para a vida, e que é um modo de construir uma pertença comum; para a formação de jovens que poderão vir a optar por ingressar no sistema militar como profissionais.

Também perante as questões de Olivença e Cabinda, embora não sejam obviamente prioritárias, num momento em que Portugal encara inúmeros desafios e está ameaçado na sua própria existência, não pode o

Ergue-te! silenciar estas grosseiras violações: a ocupação de uma parte do Alentejo por Espanha e a anexação de Cabinda - que é protectorado português, e nunca deixou de o ser - por parte de Angola aquando da sua independência. Ambas, dizem respeito à dignidade nacional e reclamam uma elementar tomada de posição do Estado no sentido de colocar na agenda internacional a exigência do cumprimento dos tratados internacionais, sejam o de Viena (1815), no primeiro caso ou de Simulambuco (1885), no segundo.

As nossas medidas para a Defesa e Política Externa:

- 01 (152)** Reestruturar, redimensionar e reequipar as Forças Armadas;
- 02 (153)** Admitir exclusivamente portugueses autóctones nas Forças Armadas e condicionar o ingresso nas Forças de Segurança à passagem obrigatória pelas fileiras das Forças Armadas no SMO;
- 03 (154)** Permitir que se opte pelo Serviço Cívico, podendo fazê-lo em estruturas como os bombeiros, protecção civil, vigilância e limpeza de florestas, apoio em unidades hospitalares, lares, instituições de apoio às crianças ou outras pertinentes;
- 04 (155)** Denunciar o “Pacto Global para a Migração”;
- 05 (156)** Denunciar o Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos entre Portugal e Brasil;
- 06 (157)** Denunciar os acordos de Schengen e restabelecer o controlo das fronteiras nacionais;
- 07 (158)** Desenvolver todos esforços no sentido de se concretizar a aprovação da nossa plataforma continental que une o continente e os arquipélagos dos Açores e da Madeira, apostando no mar e nos seus recursos;
- 08 (159)** Renegociar com a UE, firmemente, um novo rumo com tendência para o fim das quotas de produção nacional, em matéria de agricultura e pescas;
- 09 (160)** Melhorar a cobertura do ensino da Língua Portuguesa e da História de Portugal junto das comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo. Um maior investimento nesta área contribuiria para uma maior aproximação da segunda geração de emigrantes às suas raízes;
- 10 (161)** Criar “Antenas Consulares” (Postos consulares com um ou dois funcionários) em zonas com maior densidade de portugueses e que estejam longe de algum consulado;
- 11 (162)** Lutar pelos direitos dos espoliados do Ultramar, no sentido de exigir justas indemnizações, colocando este tema na agenda das relações com os novos países de expressão portuguesa;
- 12 (163)** Recuperar a questão de Olivença – território português ocupado ilegalmente por Espanha – sensibilizando a comunidade internacional para essa violação do direito internacional.